



Prefeitura Municipal
do **RIO GRANDE**

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM/668

Rio Grande, 11 de outubro de 2021

Senhor Presidente:

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 064 que **CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI SOBRE A ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA, VENDA E PERMUTA Nº DE ORDEM 1.143, Nº GERAL 16.597 DO 2º TABELIONATO – TÍTULOS E DOCUMENTOS – PESSOA JURÍDICA – PROTESTO DE TÍTULOS CAMBIAIS – CARTÓRIO AMÉRICO LAVRADA EM 29/09/1981.**

Constatou-se na escritura lavrada, que o imposto de transmissão intervivos, incidente sobre a transação, no valor de Cr\$ 460.000,00 (Quatrocentos e sessenta mil cruzeiros) foi pago com a guia de arrecadação nº 38726, no Banrisul, em 28/09/1981, tendo em vista, há época a referida tributação era de competência do Estado. Somente com a Constituição Federal de 1988 foi atribuído aos municípios a competência para a instituição do imposto de transmissão intervivos, quando, no Município do Rio Grande, o ITBI – Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, por ato oneroso de Bens Imóveis foi instituído e disciplinado no ano de 1989, mediante a Lei nº 4384, de 16/03/89.

Por tal motivo, tendo em vista a vedação Constitucional da bitributação, se faz necessário o presente Projeto de Lei, concedendo a isenção sobre transmissão de bens imóveis, pois inviável que o mesmo fato jurídico seja tributado por mais de uma pessoa política, sendo que à época, o Clube já recolheu o imposto devido ao Estado, que era a pessoa política apontada Constitucionalmente como legítima para cobrar o ITBI.

Ressalte-se o movimento iniciado por um grupo de torcedores determinados e inconformados com o abandono do clube, nos âmbitos administrativo, esportivo e patrimonial teve a iniciativa de buscar a sua reativação bem como a regularização de todas as pendências existentes, dentre elas com a Receita Federal e a Federação Gaúcha de Futebol.

Considerando que o Futebol Clube RioGrandense é uma associação sem fins lucrativos, com uma trajetória de mais de 100 anos, que representa a inserção do clube ao futebol profissional e a difusão da prática do futebol no Município e no Estado. Onde tornou-se uma marca registrada, um símbolo por sua luta, garra e bravura com inúmeras conquistas no campo de jogo ou contra as adversidades, inclusive econômicas ao longo de sua trajetória esportiva.

Respeitosamente,

FABIO DE OLIVEIRA
BRANCO:49844210020

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
BRANCO:49844210020
Dados: 2021.10.11 13:57:57
-03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

À Sua Excelência
Ver. FILIPE DE OLIVEIRA BRANCO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA CIDADE

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 064 DE 11 DE OUTUBRO DE 2021

**CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE
BENS IMÓVEIS - ITBI SOBRE A
ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA,
VENDA E PERMUTA Nº DE ORDEM
1.143, Nº GERAL 16.597 DO 2º
TABELIONATO – TÍTULOS E
DOCUMENTOS – PESSOA JURÍDICA –
PROTESTO DE TÍTULOS CAMBIAIS –
CARTÓRIO AMÉRICO LAVRADA EM
29/09/1981.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI sobre a Escritura Pública de Compra, Venda e Permuta nº de ordem 1.143, nº geral 16.597 do 2º Tabelionato – Títulos e Documentos – Pessoa Jurídica – Protesto de Títulos Cambiais – Cartório Américo lavrada em 29/09/1981, que trata da permuta entre Futebol Clube Rio Grandense, CNPJ nº 87.748.513/0001-53, a Granja Quatro Irmãos S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio, CNPJ 92.193.135/0001-39, a Prefeitura Municipal do Rio Grande, CNPJ 88.981.691/0001-00, e a Associação Atlética Banco do Brasil, CNPJ 94.874.708/0001-13.

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 11 de outubro de 2021.

FABIO DE
OLIVEIRA
BRANCO:4984421
0020

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
BRANCO:49844210020
Dados: 2021.10.11
13:57:19 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO
Prefeito Municipal

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RIO GRANDE
CARTÓRIO AMÉRICO

(2º Tabelionato - Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - Protesto de Títulos Cambiais)

Nº de ordem 1.143

Nº Geral 16.597

Escritura pública de compra e venda e permuta que entre si fazem Futebol Clube Rio Grandense, Granjas --- Quatro Irmãos S.A. - Agropecuária, Indústria e Comércio e a Prefeitura Municipal do Rio Grande, como se declara. SALVA: quantos virem este público instrumento de escritura de compra e venda e permuta que, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil --- novecentos e oitenta e um (29/09/1981), nesta cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, neste SE-
GUNDO CANTILHONADO, perante mim Francisco de Paula Torres Rodrigues, Oficial Ajudante, compareceram, como vendedor, FUTEBOL CLUBE RIO GRANDENSE, sociedade civil, com sede nesta cidade, que também usa a denominação FOOT BAL CLUBE RIO GRANDENSE, com atos constitutivos registrados no Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Rio Grande, no livro A, nº 1, a fls. 58v e 59, inscrito no CEC/EP sob o número 87.748.313/0001-53, neste ato representado por seu --- Presidente Mauro Castranheira, digo, Mauro Castranheira Curi, casado, médico portador da carteira de identidade número 7001810214 e inscrito no CPF número --- 217.711.620-15; por seu procurador Marcílio Rodrigues Pinto, casado, do comércio, portador da carteira de identidade número 3020464295 e inscrito no CPF número 091.129.520-87; e mais os membros da comissão constituída por Assembléia Geral Extraordinária de 6 de junho de 1980, Paulo Francisco Carvalho Lopes, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade número 8011155656; João Fernandes Serra, casado, aposentado, portador da carteira de identidade número 3.752; José Roberto Mansur Daoud, casado, engenheiro, portador da

LEITANTO DE NOTAS DE RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO

Certifico e dou fe, que esta é cópia fiel da escritura acima descrita, inscrita no Livro de COMPRA E VENDA nº 425-C, EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

TABELIONATO CATAFESTA
Rua General Buarque, 49 - CEP 91200-370 - Fone: (51) 32220384 - Rio Grande, RS
Beleza MARGA CATAFESTA - Tabela

QR CODE

Final: R\$84,80 + 5% digital: R\$4,20 = R\$89,00
0760.04 1100001 13795

carteira de identidade numero 8001330714; Renato Gra-
mer Peixoto, casado, magistrado, portador da carteira
de identidade numero 1006023401, representado neste -
ato, por seu procurador Iord Pereira da Silva, brasi-
leiro, casado, advogado, residente e domiciliado nes-
ta cidade, nos termos do instrumento de mandato que -
lhe outorgou em 28 de setembro de 1961, lavrado nestas
notas a fls. 18 do livro 292-B; Oscar Ferreiro de Cam-
pos Moraes, casado, advogado, portador da carteira de
identidade numero 10.209; IORD PEREIRA SILVA, casado,
advogado, portador da carteira de identidade numero -
1001732427; e Paulo Sergio Gonçalves, casado, odontó-
logo, portador da carteira de identidade numero -----
5012080924, todos brasileiros, residentes e domicilia-
dos nesta cidade, sendo os diretores eleitos pela Ata
do Conselho Deliberativo de 15.12.1980 e empossados -
por Assembléia Geral de 2.1.1981, registrados no Car-
tório de Títulos e Documentos do Rio Grande, sob nº -
7243, a fls. 107, do livro B-7, os quais exercem po-
deres estatutários, obedecem as instruções de Assem-
bléia Geral Extraordinária de 6 de junho de 1980 e a
expressa aprovação deste negócio pela Assembléia Ge-
ral Extraordinária de 7 de maio de 1981; de outro la-
do, como outorgada compradora e primeira permutante,
a GRANJAS QUATRO IRMÃOS S.A. AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO, com sede em Pelotas, a rua Professor -----
Araújo nº 1.653, inscrita no CRC/MV sob o numero -----
92.193.135/0001-39, com atos constitutivos e altera-
ções devidamente arquivados na Junta Comercial do Rio
Grande do Sul, sob os numeros 437.000.034-02 e -----
437.000.281-48, neste ato representada pelo seu bas-
tante procurador Urbano Roxo de Oliveira, brasileiro,
casado, engenheiro, portador da carteira de identida-
de numero 1013401612 e inscrita no CPF numero 010.381.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RIO GRANDE
CARTÓRIO AMÉRICO

(2º Tabelionato - Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - Protesto de Títulos Cambiais)

690-87, residente e domiciliado na cidade de Pelotas, ora nesta, nos termos do instrumento de mandato que lhe foi outorgado em 14 de abril de 1981, lavrado em notas do 2º tabelionato de Pelotas, RS, a fls. 149, - do livro 270-B, firmado pelo Diretor Antonio Luis Boxo de Oliveira, que exerce os poderes do art. 11, dos estatutos sociais e cuja eleição deu-se pela ata arquivada sob o numero 257560, da Junta Comercial do RS, cujo instrumento apresentou e fica registrado sob o numero 2236, do livro 66, de Registro de Procurações, desse Cartório e como segunda-permutante, a PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, pessoa de direito público, inscrita no CGC/ME sob o numero 88.981.691/0001-00, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Rubens Emil Correa, brasileiro, casado, pe-
cuarista, residente e domiciliado nesta cidade, que exerce os poderes inerentes a seu cargo, dentro da autorização contida na Lei Municipal nº 3.571, de 19 de dezembro, digo, 19 de dezembro de 1980; e, ainda, como interveniente anuente, a ASSOCIAÇÃO ATLÂNTICA BAX CO DO BRASIL, com sede nesta cidade a rua General Victorino, nº 441, inscrita no CGC/ME sob o numero 94.674.708/0001-13, representada neste ato por seu Presidente do Conselho de Administração, Luiz Carlos Vieira dos Santos, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado nesta cidade; os comparecentes reconhecidos como os próprios de mim Oficial ajudante e das duas testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas do que de tudo dou fé. Então, por todos os comparecentes, por seus representantes, falando cada um por sua vez, foi dito, que o Futebol Clube Rio Grande é proprietário do imóvel, doravante denominado imóvel A, constituído de um imóvel urbano, sito na cidade de Rio Grande, à rua Quaque de Macedo nº 485,

AMÉRICO ALVES DAS NEVES - Oficial
Zalony, 67 - Tel. 2-1607 - 2-1667 - Rio Grande

[Faint handwritten notes, possibly "The ..."]

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RIO GRANDE
CARTÓRIO AMÉRICO

(2º Tabelionato - Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - Protesto de Títulos Cambiais)

suas dependências e garagem, com muro com gradil e --
quatro portões de ferro e um ginásio para prática de
esportes, de alvenaria, recuado do alinhamento da rua,
coberto com telhas de cimento amianto, com estrutura
metálica com todas as dependências e benfeitorias, --
com um portão largo de frente, a rua General Vitorino
sob o numero quatrocentos e quarenta e um (441), na --
zona urbana desta cidade e seu terreno próprio, de --
forma irregular, medindo quarenta e nove metros e no-
venta centímetros (49,90 m) de frente ao norte, a di-
ta rua, na direção L-O; daí a oeste, na direção N-S, '
sessenta e um metros e dez centímetros (61,10 m); daí
ao sul, na direção O-L, doze metros e cinquenta cen-
tímetros (12,50 m); daí a leste, na direção S-N, de--
zoito metros (18,00 m); daí ao sul, na direção O-L, -
treze metros e trinta centímetros (13,30 m); daí a --
oeste, na direção N-S, treze metros e cinquenta cen-
tímetros (13,50 m); daí ao sul, na direção O-L, quater
ze metros (14,00 m); daí a leste, na direção S-N, oi-
to metros e sete centímetros (8,07 m); daí ao sul, na
direção O-L, dez metros e dez centímetros (10,10 m) e
finalmente daí a leste, na direção S-N, até encontrar
o ponto de partida, onde fecha o perímetro, quarenta '
e nove metros e oito centímetros (49,08 m), confron-
tando-se, pelo fundo ao sul, com imóveis de João K. -
de Lima e Marigênia Martins Costa Ferreira e sucessor-
es de Arthur Bitencourt Gonçalves; pelo lado leste, '
com imóvel de Alberto Fonseca e pelo lado oeste, com
imóveis de Juvenal Cancero de Lima e Arthur Biter-
court Gonçalves ou sucessores; dito imóvel foi havido
conforme título de propriedade registrado sob o nume-
ro um (1), na matrícula quatorze mil, setecentos e --
dezoito (14.718), a folhas um (1), do livro dois (2) '
do Registro de Imóveis, deste município; IMÓVEL O ---

AMÉRICO ALVES DAS NEVES - Oficial
Zalony, 67 - Tel. 2-1607 - 2-1667 - Rio Grande

Um terreno, com área superficial de 4 (quatro) hectares, situado no lugar denominado Vieira, município de Rio Grande, proximidades do Parque Residencial Jardim do Sol, confrontando a norte com propriedade da Associação Atlética Banco do Brasil, a sudoeste e a sudeste com área remanescente pertencente a Grandes Quatro Irmãos S/A e a nordeste com a antiga estrada Felotas-Rio Grande, que se contém dentro do polígono com a seguinte descrição: partindo-se de um marco de ferro distante quatrocentos e setenta metros (470,00 m) do ponto de intersecção das áreas de domínio da rodovia Rio Grande-Felotas e da antiga estrada Rio Grande-Felotas, segue-se em direção sudeste em ângulo reto pela distância de duzentos e quarenta e sete metros (247,00 m) onde, em ângulo reto, na direção sudoeste segue pela distância de cento e sessenta e sete metros (167,00 m); daí, em ângulo reto, na direção nordeste, segue pela distância de 218,40 m (duzentos e dezoto metros e quarenta centímetros) e daí, seguindo o limite da área de domínio da antiga estrada Rio-Grande-Felotas, chega-se ao ponto de início. Para terreno assim localizado, destacar-se-á, para os fins previstos neste negócio, de imóvel maior de que a ora compradora é proprietária e que se encontra matriculado no Registro de Imóveis de Rio Grande sob número dois mil, seiscentos e oitenta e quatro (2.604), no livro dois (2) de Registro Geral, folhas em (1), devidamente cadastrado no ITRPA sob nº 161022274747-5. O FUNDEO CIUBE RIO GRANDEZINZ vende o imóvel A para - grandes quatro Irmãos S/A, que o compra, pelo preço de Cr\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de cruzeiros); para efeitos de pagamento, o preço supra fixado é dividido em duas parcelas, uma no valor de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) e outra

51B

no valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de --
cruzeiros), a parcela de Cr\$ 6.000.000,00 (seis mi-
lhões de cruzeiros), será paga pela compradora, me-
diante dação em pagamento ao vendedor do IMÓVEL C, --
por igual valor; a compradora diligenciará na posu-
ição da medida administrativa a ser tomada pelo --
INCOA e necessária à liberação da alienação da refe-
rida área localizada de 4 (quatro) hectares que cons-
titui o IMÓVEL C; a escritura pública de dação em pa-
gamento será outorgada pela compradora ao vendedor, --
tão logo seja obtida a referida liberação pelo INCOA;
a parcela de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de --
cruzeiros), será paga por meio de compensação com cre-
dito de igual valor, oponível pela compradora ao ven-
dedor e criado pelo contrato de construção de um es-
tádio desportivo no IMÓVEL C, ajustado entre as mes-
mas partes nesta data. Assim, o crédito pelo preço de
venda do IMÓVEL A, fica automaticamente quitado pela
compensação com o crédito pelo preço de construção --
do estádio desportivo no IMÓVEL C; o município de Rio
Grande intervenha nesta compra e venda do IMÓVEL A, pa-
ra dar expressão anuência com a referida compra e ven-
da, o que faz com a expressão condigão, aceita pelo --
vendedor e pela compradora, de que o IMÓVEL C, ao ser
dado em pagamento ao vendedor, fica automaticamente
seja gravado pelas cláusulas de inalienabilidade, in-
penhorabilidade e incomunicabilidade, extensivas às --
acções e benfeitorias que nele venham a enfiar-se;
a anuência do município de Rio Grande tem o efeito de
dar por extintos os direitos que ao município, como --
doador do IMÓVEL A, competiam sobre dito imóvel A, --
ficando assim expressamente autorizado o cancelamento
de todos os direitos que se reservava o município de
Rio Grande e que restringiam o direito de propriedade

(2ª Tabelionato - Itúlos e Documentos - Pessoas Jurídicas - Prolesto de Itúlos Cambiais)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RIO GRANDE
CARTÓRIO AMÉRICO

[Handwritten signatures and notes on the left margin, including names like 'Guanças', 'Domingos', and 'Mendes'.]

conforme constava da transcrição numero quinze mil, -
novecentos e setenta e um (15.971), de folhas duzen--
tos e cinquenta e nove (259) do livro tres P (3-P) do
Registro de Imóveis de Rio Grande, ensejando destarte
a transmissão à compradora Guanças Quatro Irmãos S/A
e aquisição do domínio pleno e irrestrito sobre dito
IMÓVEL A, por esta referida compradora; a compradora
é imitada na posse do IMÓVEL A, neste ato, através de
constituto possessório ora ajustado, mas enquanto não
ficar concluída a construção de estádio esportivo no
IMÓVEL C a compradora facultará ao vendedor a detenção
do IMÓVEL A para a prática de atividades futebolísti--
cas, nos termos do art. 487 do Código Civil; em permuta
dos direitos que, como doador, se reservara sobre
o IMÓVEL A e que como restrições do direito de pro--
priedade do respectivo vendedor constavam. Ja transcri--
ção numero quinze mil, novecentos e setenta e vi. ---
(15.971), folhas duzentos e cinquenta e nove (259) do
livro tres P (3-P) do Registro de Imóveis de Rio Gran--
de, direitos cuja extinção foi valiosa à compradora -
porque lhe ensejou aquisição do domínio pleno e irres--
trito; em permuta dos mesmos, o município de Rio Gran--
de recebe da compradora o domínio de que esta é titu--
lar sobre o IMÓVEL B. As partes permutantes avaliam -
tanto os direitos que pesavam sobre o IMÓVEL A, quan--
to a propriedade do IMÓVEL B, por Cr\$ 15.000.000,00 -
(quinze milhões de cruzzeiros) respectivamente; os per--
mutante dão-se recíproca e plena quitação; o municí--
pio do Rio Grande será imitado na posse do imóvel B,
na mesma data em que a primeira permutante receberia
a posse de Associação Atlética Banco do Brasil, dire--
tamente por esta, tudo nos termos da escritura de per--
muta lavrada a folhas trinta e quatro (34) do livro -
doze (12) de Transmissões Diversas e da escritura con-

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RIO GRANDE
CARTÓRIO AMÉRICO

(2º Tabelionato - Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - Protesto de Títulos Cambiais)

confirmatoria de permuta lavrada a fls sessenta e oito (68) do livro cento e sete (107) de Contratos Diversos, ambas do 2º Tabelionato de Rio Grande, assumindo a segunda permutante todas as obrigações nelas estabelecidas como requisito da inissão na posse, --- acordando todos os contratantes, inclusive a Associação Atlética Banco do Brasil, que o prazo ali referido, fica prorrogado por mais um (1) ano, a partir do vencimento ali estipulado, ou seja até 27 de novembro de 1983; GRANÇAS QUATRO IRMÃOS S/A se obriga, em favor do FUTEBOL CLUBE RIO GRANDENSE, a fazer construir no IMÓVEL C, um estádio esportivo pra prática de futebol, com capacidade para acolher, na arquibancada social 4.717 (quatro mil setecentos e dezesseis) espectadores e, na arquibancada geral, 5.355 (cinco mil --- trezentos e cinquenta e cinco) espectadores, com possibilidade de ampliação futura da capacidade de lotação, constituído-se o estádio de parte social, arquibancada, iluminação, telas, gramado, copas, acesso, --- túneis, vestiários, banheiros e cabinas de imprensa; construção que será erigida na estrita conformidade do projeto arquitetônico elaborado por Urbano Roxo de Oliveira, CREA/RG nº 19.305, executando-se a obra na estrita observância e conformidade das expressas e --- restritas especificações do memorial de especificações subscrito pelo mesmo profissional. Do referido projeto e do referido memorial de especificações ficará --- arquivada em Cartório uma via de cada um, que as partes consideram integrantes desta escritura para todos os efeitos jurídicos, devendo os tratados serem acompanhados por cópias do projeto e do memorial de especificações. O preço da construção contratada, incluindo material e mão de obra é de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), para todo o estádio. O ---

AMÉRICO ALVES DAS NEVES - Oficial
Zalony, 67 - Tel. 2-1607 - 2-1667 - Rio Grande

FUTEBOL CLUB RIO GRANDEIRAS paga o referido Preço, -- neste ato, por via de compensação com, digo, com -- crédito seu de igual valor, exigível que era de Irat- jas Quatro Irmãos S/A como parte do Preço pelo qual -- as partes ajustaram a compra e venda do IMÓVEL A. M- com, pois, juntados os referidos e respectivos crédito- cos, cada um no valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros). IRATJAS QUATRO IRMÃOS S/A di- ligenciará, desde logo, na aprovação do projeto em -- si e de sua localização, junto às autoridades compe- tes. A construção do referido estádio será iniciada -- tão logo sejam obtidas as competentes aprovações ad- ministrativas e a liberação da área de 4 ha. do Imóvel B pelo IRATJA. A obra será executada no prazo de 140 -- (quarenta e quatro) dias, de cuja entrega, ficam excluídos os dias de descanso por força de lei ou con- vento individual ou coletivo de trabalho, os dias em que ocorrer, os dias de greve, os dias de recolhimento imputáveis a greñas Quatro Irmãos S/A no respectivo to de lateral, os dias de retardamento imputável aos respectivos fornecedores na efetivação das ligações de energia elétrica e água, bem como a supressão de atividades laborais por força maior, caso ocorra ou "factum principis". Fica ressalvado a greñas Quatro Irmãos S/A, desde que a construção do estádio não te- nha sofrido solução de continuidade no longo dos 140 (quarenta e quatro) dias na forma supra ajustada, dispor de até 160 (cento e oitenta) dias mais para -- concluir, qualificando o FUTEBOL CLUB RIO GRANDEIRAS de tal propósito. Para instalação no estádio a ser -- construído, greñas Quatro Irmãos S/A poderá utilizar se das torres, armações, refletores, luminárias, ca- bos e equipamentos elétricos que ora se encontram -- instalados no estádio esportivo do IMÓVEL A. A comís-

53B

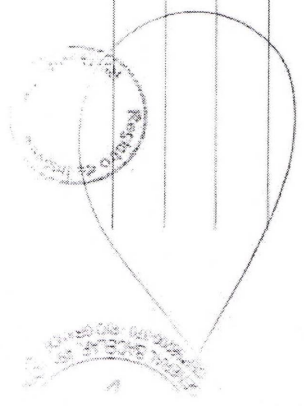
54

AMÉRICO ALVES DAS NEVES - Oficial
Zolony, 67 - Tel. 2-1607 - 2-1667 - Rio Grande

comissão designada pelo FUTEBOL CLUB RIO GRANDE para efetivação do negócio, cujos integrantes estão qualificados no preâmbulo, manifesta sua plena concordância com o projeto, com o memorial de especificações e com todos os termos da presente escritura. Das circunstâncias relativas ao processamento da constituição do estádio desportivo e a sua conclusão, emendas - QUATRO MILHOS E/4 para ciência conjunta ou alternat - va à Presidência do FUTEBOL CLUB RIO GRANDE e à dita comissão. As comunicações à comissão far-se-ão através de qualquer dos seus membros, para tanto des- de já considerados solidariamente competentes. A va- cância de qualquer dos cargos da dita comissão ou -- temporário impedimento de qualquer de seus membros -- não afetará a eficácia deste negócio, competindo ao FUTEBOL CLUB RIO GRANDE suprir a vaga, dize dan- do ciência aos demais contratantes, ou deliberar por assembleia geral no sentido da manutenção da vaga em aberto ou até na extinção da comissão, também disto dando ciência aos demais contratantes. Enquanto não -- comunicada formalmente aos demais contratantes qual- quer alteração relativa à dita comissão, se conti- desta obrigação imediatamente o FUTEBOL CLUB RIO GRANDE. Concluída a constituição do referido es- tádio desportivo, é obrigação do FUTEBOL CLUB RIO GRANDE aceitar por concluída a constituição do -- fundado, em aceitar por concluída a constituição do -- estádio e (ou) por cumprimento o memorial de especificações, acarreterá contra o mesmo a multa de 2.000 -- (duas mil e setecentas) vezes por mês ou fração de -- qual ou superior a 15 (quinze) dias de retardamento ou mora na aceitação, pagável esta multa e JUNTAS --

[2º Tabelionato - Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - Protocolo de Títulos Cambiais]

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RIO GRANDE
CARTÓRIO AMÉRICO



dição, até o efetivo pagamento. A GRANJAS QUATRO IRMÃOS S/A é facultado ceder ou transferir, gratuita - ou onerosamente, total ou parcialmente, sem depender de anuência de qualquer outro contratante, quaisquer dos direitos ou quaisquer das obrigações passivas que lhe decorram da presente escritura, desde que o cessionário seja qualquer das empresas integrantes do chamado grupo empresarial Joaquim Oliveira, como por exemplo as empresas S/A Imobiliária Real, Real Agropecuária S/A Rural, Comercial e Industrial, Joaquim Oliveira S/A Comércio e Indústria, etc. Igualmente, é facultado a GRANJAS QUATRO IRMÃOS S/A comprometer, a suas expensas e independentemente de qualquer anuência de qualquer dos contratantes, com quaisquer empresas ou pessoas a total ou parcial execução dos serviços de construção do estádio esportivo, bem como com quaisquer empresas ou pessoas a aquisição do material necessário. Ocorrendo cessão ou transferência de direitos ou de obrigações a empresas do grupo empresarial Joaquim Oliveira, será feita comunicação ao FUTEBOL CLUBE RIO GRANDEENSE no prazo de trinta (30) dias contados da cessão ou transferência. As obrigações passivas decorrentes desta escritura para Granjas Quatro Irmãos S/A ficam com sua exigibilidade suspensivamente subordinada à efetivação do competente registro desta escritura no Cartório de Registro de Imóveis de Rio Grande, materializado através do cancelamento das restrições denominadas como condições e constantes da transcrição número quinze mil, novecentos e setenta e um (15.971) do livro tres F (3-F) e folhas duzentos e cinquenta e nove (259) no referido cartório; da abertura de matrícula para o IMÓVEL A, do registro da impropriedade do IMÓVEL A em nome da ora compradora; e do registro da propriedade do IMÓVEL

Em nome do Município de Rio Grande; tudo na ordem supra estabelecida. Os contratos ajustados através da presente escritura são contratos interligados uns com os outros, ficando a eficácia de cada contrato reservada, ficando a eficácia de todos os demais contratos subordinada à eficácia de todos os contratos resolutiveamente subordinada à possibilidade do objeto da ação em pagamento do VENCIMENTO e do objeto do contrato de construção do estádio esportivo. Destarte, a eventual inviabilidade física ou jurídica do destacamento da área, ou da construção do estádio, ou da construção no local ora previsto, até mesmo por decorrência de força maior, ou de caso fortuito ou de "factum principis", implicará na resolução de todos os contratos, voltando as partes ao "status quo ante", sem qualquer indenização. Esta subordinação resolutive ficará automaticamente cancelada mediante a prova das competentes autorizações administrativas para desmembrar o IMÓVEL C e para construir o estádio no dito local. O presente negócio está aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária do FUTEBOL CLUBE RIO GRANDENSE, realizada em data de 7 de maio de 1981. O clube vencedor se obriga a entregar à companhia, no prazo de trinta (30) dias a prova documental da perfeição dos seguintes atos: - lista de presença de associados na assembleia geral do clube, realizada dia 6 de junho de 1980 e da realização dia 07 de maio de 1981; edições dos jornais que publicaram a convocação para ambas as mencionadas assembleias, cópia, autenticada pelos ora representantes do clube, das atas de ambas as assembleias; certidão da sessão da Câmara Municipal em que foi aprovado o projeto da Lei nº 3571 de 19.12.80 e edição do

Journal que publicou tal lei; prova de quitação do clu-
be na Justiça Comum Estadual e Federal. A bilateral-
idade dos contratos ora ajustados atinge todas e quais-
quer obrigações, independentemente de principalidade,
ou acessoriedade delas em si mesmas ou delas entre si.
SÍ. O FUTURO CLUBES RIO GRANDE É DEVEDOR AO IAPAS,
estando o débito parcelado para fins de quitação. ---
S.A. Mobilizadora Real está, em documento apartado, ---
prestando, como terceiro, garantia especial as obri-
gações do mencionado clube no dito parcelamento. Tal
prestação de garantia especial é feita na estrita fi-
delidade de facultar a obtenção do Certificado de Qui-
tação do IAPAS e ensejar assim a licitude da escreitu-
ra pública de compra e venda do IMÓVEL A. Consequen-
temente, na hipótese de resolução do negócio, resol-
vida ficará automaticamente a mencionada garantia es-
pecial ao parcelamento do débito para com o IAPAS. ---
Pela interveniente anuente, ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO RIO
DO BRASIL, por seu representante, foi dito, que esta,
de pleno e inteiro acordo com a presente escritura, --
no que se refere a prorrogação do prazo estipulando,
digo, estipulado na escritura conformatória de permu-
ta, lavrada nestas notas a fls. 68 do Livro 107 de --
Contrato Diversos, aceitando a prorrogação do prazo --
estipulado naquela escritura, por mais um ano a partir
daquele vencimento ali fixado, ou seja até 27 de de-
sembro de 1983. A Prefeitura Municipal do Rio Grande,
está isenta da apresentação do Certificado de Quita-
ção do Instituto de Administração Financeira da Pre-
vidência e Assistência Social - IAPAS, de conformida-
de com a Ordem de Serviço IAPAS/IAP nº 52, de 13 de --
novembro de 1980. DISSIZAL. Finalmente os contratantes
que de comum acordo e expressamente, dispensavam a --
apresentação das negativas fiscais. Certificado que s-

Handwritten signatures and notes:
- Top left: *Francisco Rodrigues Reis*
- Top right: *João F. Leão*
- Middle left: *João F. Leão*
- Middle right: *Francisco Rodrigues Reis*
- Bottom left: *Francisco Rodrigues Reis*
- Bottom right: *João F. Leão*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DO RIO GRANDE
CARTÓRIO AMÉRICO

(2º Tabelionato - Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - Prestes de Títulos Cambiais)

imposto de transmissão inter-vivos, incidente sobre -
esta transação, no valor de Cr. 460.000,00, foi pago -
de conformidade com a guia de arrecadação nº 36726, -
no Banrisul em 28 de setembro de 1981. Assim o disse-
ram e ne pediram lhes lavrasse este instrumento, apre-
sentando os documentos de teor seguinte: MINISTÉRIO -
DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - INSTITUTO DE --
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
SOCIAL - IAPAS CERTIFICADO DE QUITAÇÃO Código do Emi-
tente 419-023.02 Válido até 24.11.81 Série A nº -----
313973 Nome do contribuinte Granjas 4 Irmãos S/A Agro-
pec. Ind. e Com. C30-C81-ICR-CPF 92.193.135/0001-39 -
Endereço Rua Dr. Prof. Araujo nº 1653 Município Pelotas
UF RS Objeto da Transação Escritura de Terreno --
s/benfeitorias. Certifico na forma do art. 13 da Lei
nº 6.439, de 01-09-77, e atendendo ao disposto nas --
Leis nºs 3.807, de 26-08-60, 5.757, de 03-12-71, ----
6.260, de 06-11-75 e suas alterações que em nome do -
contribuinte não consta débito considerado definitivo
reservado ao IAPAS o direito de cobrar qualquer impor-
tância que venha a ser julgada devida. Pelotas, 25 de
setembro de 1981. Vero Ernesto Marten, Chefe do SBF
substituto IAPAS agência em Pelotas. MINISTÉRIO DA --
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - INSTITUTO DE ADMI-
NISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SO-
CIAL - IAPAS CERTIFICADO DE QUITAÇÃO. Código do Emi-
tente 419-026 Válido até 27.11.81 Série B nº 134070 -
Nome do Contribuinte Futebol Clube Rio Grandense C30-
C81-ICR-CPF 877483513/0001-63 Endereço Av. Evarque de
Macedo 485 Município Rio Grande UF RS Objeto da Tran-
sação Fins de prova junto ao Cartório de Registro de
Imóveis. Certifico, na forma do art. 13 da Lei nº ---
6.439, de 01-09-77, e atendendo ao disposto nas Leis
nºs 3.807, de 26-08-60, 5.757, de 03-12-71, 6.260, de

AMÉRICO ALVES DAS NEVES - Oficial
Zalony, 67 - Tel. 2-1607 - 2-1667 - Rio Grande

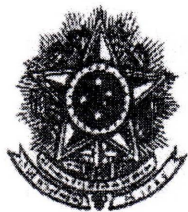
Registador Substituto
REGISTRADOR SUBSTITUTO

06-11-75, e suas alterações, que em nome do contri-
buente não consta débito considerado definitivo, re-
servado ao IAPAS o direito de cobrar qualquer importan-
cia que venha a ser julgada devida. Rio Grande, 29 de
setembro de 1981. José Carlos Machado, chefe do Ser-
viço de Arrecadação Substituto. IAPAS SAP Rio Grande.
O pagamento do imposto de transmissão de bens imóveis
relativo a aquisição pela Prefeitura Municipal, digo
Prefeitura Municipal de Rio Grande, do imóvel sito a
rua General Vitorino nº 441, que houve na permuta com
a União Quatro Irmãos S/4 Agropecuária Indústria e -
Comércio, está isento de acórcio com letra "a" do nº I
do artigo 4º da Lei 5.384 de 27 de dezembro de 1966.
A SENDO-LIBES lido este instrumento o acharam conforme
aceitaram, outorgaram, ratificam e assinam com as tes-
temunhas Polivar Nobrega Frazão, Valdir Fonseca, Elio
Ribeiro Pontes, Adão Duarte Fernandes e Elio Emil Cor-
rêa, brasileiros, maiores, capazes, residentes e do-
miciliados nesta cidade. Eu, Francisco de Paula Torres
Rodrigues, Oficial Ajudante, o datilografei, subscrevo
e assino.*



[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and names: Henrique Rodrigues Lima, José F. Torres, and others]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE RIO GRANDE
REGISTRO DE IMÓVEIS

Folha : 1/1

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada que, revendo, neste Serviço de Registro de Imóveis à meu cargo, o Lº 2 - Registro Geral, verifiquei constar na matrícula o teor seguinte:

MATRÍCULA
73.489



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO GRANDE - RS
LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

Rio Grande, 18 de novembro de 2015

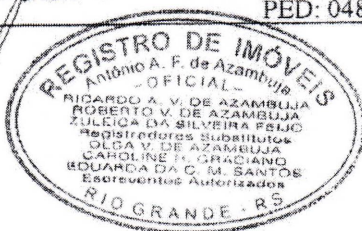
F1
1

Matrícula
73.489

IMÓVEL: Uma fração de campo e matos, própria para criação, denominada **Fazenda Maria**, situado no subúrbio da cidade de Rio Grande - RS, na BR 392, com área superficial de **4,0000Ha** (quatro hectares), inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, situado no limite ao norte com a antiga estrada Pelotas - Rio Grande; deste segue confrontando com a referida estrada com o seguinte, distância, ângulo interno e rumo: 83,82m, 90°07'35" e 76°17'24"SE, até o vértice P02; 17,06m, 176°00'09" e 72°17'33"SE, até o vértice P03; 14,30m, 173°45'18" e 66°02'52"SE, até o vértice P04; 20,42m, 170°00'42" e 56°03'34"SE, até o vértice P05; 36,91m, 182°12'45" e 58°16'19"SE, até o vértice P06; situado no limite ao leste com a Rua a Granja 4 Irmãos S/A Agropecuária Indústria e Comércio com o seguinte distância, ângulo interno e rumo: 216,46m, 107°14'41" e 14°29'43"SO, até o vértice P20; situado no limite ao sul com a Granja 4 Irmãos S/A Agropecuária Indústria e Comércio, com o seguinte distância, ângulo interno e rumo: 167,26m, 93°16'15" e 78°46'32"NE, até o vértice P19; situado no limite ao oeste com a Associação Atlética Banco do Brasil, matrícula 14.719 com o seguinte distância, ângulo interno e rumo: 245,90m, 87°18'41" e 13°54'47"NO até o vértice P01; ponto inicial da descrição deste perímetro, fechando assim o perímetro do polígono. **OBS.: Devidamente cadastrada no CCIR 2014/2013/2012/2011/2010 sob nº 000.051.271.764-0, área total 10,5981ha., módulo rural 10,0000ha., nº de módulos rurais 1,00, nº de módulos fiscais 0,4239 e f.m.p. 2,00ha.**
PROPRIETÁRIA: GRANJAS 4 IRMÃOS S/A AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, inscrita no CNPJ sob nº 92.193.135/0001-39, com sede nesta cidade. **REGISTRO ANTERIOR:** Matrícula nº 71.162 do Livro 2 do Registro Geral. (Protocolo nº 263068 em 05/11/2015) **Desdobramento**

Escrit. Ant. Olga v. de Azambuja

Emol.: R\$15,20 - 0488.03.1000002.66709 = R\$0,70
PED: 0488.01.1500002.15031 = R\$0,40 - FF



CERTIFICO que não consta registro ou averbação de citações de ações reais e pessoais reipersecutórias e de ônus reais referentes ao imóvel da presente certidão. NADA MAIS CONSTAVA O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Rio Grande-RS, 03 de julho de 2019, às 11:17:52

Total: R\$39,30 - PC

Certidão Matrícula 73.489 - 1 página: R\$8,90 (0488.02.1000002.74084 = R\$1,90)

Busca em livros e arquivos: R\$18,40 (0488.02.1000002.74082 a 74083 = R\$3,80)

Processamento eletrônico de dados: R\$4,90 (0488.01.1800001.99766 = R\$1,40)

Zuleica da Silveira Feijó
REGISTRAR



A consulta estará disponível em até 24h no site do Tribunal de Justiça do RS

<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>

Chave de autenticidade para consulta

09986650 2019 00024764 21



Registro Civil das Pessoas Naturais - 2ª Zona
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
COMARCA DO RIO GRANDE - RS
Ricardo Fernandes Rezende - Oficial Designado
Rua Luiz Loréa, 585 - Fone/Fax: (53) 3231-9268
e-mail: segundazonarg@gmail.com

137
C

FOOTBALL CLUB RIO GRANDENSE
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA
Registrado no livro A-69, sob nº 5284, fls.20.
Rio Grande-RS, 24/11/2020.


Amanda Dias Diniz
Escrevente Autorizada



Registro Civil das Pessoas Naturais - 2ª Zona
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
COMARCA DO RIO GRANDE - RS
Ricardo Fernandes Rezende - Oficial Designado
Rua Luiz Loréa, 585 - Fone/Fax: (53) 3231-9268
e-mail: segundazonarg@gmail.com

2137
U

CERTIDÃO

Certifico, que em atendimento ao que foi requerido pelo FOOTBALL CLUB RIO GRANDENSE, com sede na rua Visconde de Itaboraí nº 4, Vila Farinha, Estádio Torquato Pontes e rua Barão de Cotegipe nº 376, Centro, ambos na cidade de Rio Grande-RS, neste ato representado pelo Sr. Torquato Ribeiro Pontes Netto. **Averbo nesta data às margens do registro primitivo livro A 01, folha 58, sob nº 98 a ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA** datada de 10/11/2020 registrada no **livro A nº 69, folha nº 20, sob nº 5284**. Fica arquivado neste Serviço de **Registro de Pessoas Jurídicas**, o requerimento juntamente com os documentos que instruíram a referida alteração. Dou fé.

Rio Grande, RS, 24/11/2020

Amanda Dias Diniz
Escrevente Autorizada

Total: R\$ 500,90 + R\$ 16,50 = R\$ 517,40
Certidão PJ: R\$ 9,20 (0487.02.1400003.01198 = R\$ 1,90)
Certidão PJ: R\$ 322,00 (0487.04.1800002.05945 = R\$ 3,30)
Digitalização: R\$ 59,20 (0487.04.1800002.05946 = R\$ 3,30)
Averbação Soc. s/ Fins Econ.: R\$ 63,10 (0487.04.1800002.05947 = R\$ 3,30)
Processamento Eletrônico: R\$ 5,00 (0487.01.2000001.00177 = R\$ 1,40)
Exame de Documentos: R\$ 42,40 (0487.04.1800002.05890 = R\$ 3,30)
Recibos: 21594 e 21642



A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta
100206 54 2020 00001015 22

Ata 001/2020 da Assembleia Geral Extraordinária do FOOT BALL CLUB RIO GRANDENSE, com sede na rua Visconde de Itaborai, nº 4, Estádio Torquato Pontes, em Rio Grande, RS, CEP 96.203-014, realizada às vinte horas do dia dez de novembro de dois mil e vinte, em segunda convocação, na Associação dos Empregados da Viação Férrea na Av. Buarque de Macedo, nº 280, nesta cidade. O edital de convocação publicado no Diário Popular, no dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte, página 21, se deu com base nas normas estatutárias vigentes e foi obedecido o quórum devido, conforme se verifica pela lista de presentes. O Administrador Provisório deu como aberto os trabalhos da presente Assembleia, cumprimentou os presentes convidando-os para escolher o Presidente e Secretário da mesma. Para presidir e secretariar a sessão foram eleitos, respectivamente, os associados Torquato Ribeiro Pontes Netto e Paulo André Ferreira das Neves. Dando início aos trabalhos, o Presidente da sessão determinou que efetuasse a leitura do Edital de Convocação o que foi feito de pronto: "EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nos termos das normas estatutárias vigentes do FOOT-BALL CLUB RIO GRANDENSE, CNPJ 87.748.513/0001-63, o Sr. TORQUATO RIBEIRO PONTES NETTO, Administrador Provisório da referida associação, na conformidade do artigo 49 do Código Civil e por decisão judicial de 12 de novembro de 2019, com trânsito em julgado, do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara da Direção do Foro da Comarca do Rio Grande, RS, Dr. Mauro Peil Martins, CONVOCA a todos os associados 'em pleno gozo de seus direitos sociais' e 'quites com todos os pagamentos de mensalidades, taxas, valores ou contribuições devidas', para reunião da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na Associação dos Empregados da Viação Férrea na Av. Buarque de Macedo, 280, nesta cidade, no dia 10 de novembro de 2020, às 19:30h, em primeira chamada, com o mínimo de 50% dos associados, nas condições acima, e às 20:00h, em segunda e última chamada, com pelo menos 10% dos associados nas mesmas condições, para a seguinte pauta: - Apreciação e votação do novo Estatuto Social" e, não tendo atas


anteriores para serem apreciadas e votadas, nem expedientes a serem lidos, passou de imediato para a Ordem do Dia: Apreciação e votação do novo Estatuto Social. O senhor Torquato Ribeiro Pontes Netto, que preside a sessão e, como Administrador Provisório da associação, pediu a palavra e fez as seguintes considerações sobre a vida do clube: "Em meados de 2019 um grupo de simpatizantes e antigos associados do Foot Ball Club Rio Grandense, inconformados com o abandono do clube, nos âmbitos administrativo, patrimonial e, especialmente, no esportivo, razão de ser do clube, teve a iniciativa de buscar a sua reativação. Várias reuniões foram realizadas na busca, primeiramente, da reestruturação da entidade associativa em respeito ao grande número de torcedores remanescentes, ao potencial esportivo da Cidade e, principalmente, ao trabalho dos que construíram a imagem do clube nos gramados e na comunidade riograndina. Antes mesmo da convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária para formalizar a disposição de retorno às atividades, um grupo liderado pelos Srs. Paulo Renato Ferreira Martins, João Erocly Machado de Souza, Cristiano Dias Medeiros, Paulo André Ferreira das Neves e outros passou a desenvolver várias iniciativas, começando pela limpeza de nosso estádio, então em total estado de abandono, encontrando, inclusive, moradias irregulares na área própria do clube, ainda pendente de transferência para o nome do clube no Registro de Imóveis a Matrícula 73489. Foi então que, conhecendo a determinação e os propósitos do grupo, iniciei minha participação no trabalho, motivado, como muitos antigos torcedores e ex-dirigentes, pela paixão pelo futebol e pela simpatia quanto à trajetória do Rio Grandense, e eu, ainda de forma muito especial pela significação do clube nas vidas de meus saudosos pai Elio Ribeiro Pontes e avô Torquato Ribeiro Pontes, tendo este último recebido a homenagem de ter sido dado seu nome para o antigo e para o atual estádio. Com a participação do Sr. Adilson Marandini que, de forma precária estatutariamente geria o patrimônio do clube há alguns anos, foi convocada

uma Assembleia Geral Extraordinária para a eleição de uma nova diretoria e oficializar a iniciativa da retomada de atividades do clube. Ocorre que o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas por ocasião do protocolo para registro da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/05/2019 impugnou a pretensão, considerando que, por protocolos anteriores, sem o devido registro (a última movimentação é datada de 15/06/1981 de uma alteração estatutária sem registro no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, com registro apenas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos) o Foot Ball Club Rio Grandense encontra-se em situação de total irregularidade, concluindo que 'em razão da falta de administração, deve a associação providenciar a nomeação de um administrador provisório, conforme dispõe o artigo 49 do Código Civil'. Neste direcionamento apontado, foi buscado pela via judicial a nomeação de um Administrador Provisório tendo sido, por consenso dos interessados, indicado meu nome pela tradição como torcedor do clube e disposição para a tarefa. A pretensão foi deduzida em juízo em 07/08/2019 e a nomeação efetivada em 12/11/2019, com todo o acompanhamento feito pelo dedicado torcedor e associado Dr. José Luiz da Silva Mattos, que também acompanha na Justiça do Trabalho outros procedimentos judiciais de interesse da associação (processos em liquidação de sentença e a futura liberação dos depósitos judiciais excedentes). Importante salientar o trabalho que a Diretoria de fato, eleita em 31/05/2019, presidida e liderada pelo sempre presente e atuante Paulo André Ferreira das Neves, vem realizando permanentemente na área patrimonial, social e esportiva. Procedemos à regularização do CNPJ na Receita Federal com apoio do incansável Rafael Bastos da Silva Martins para podermos abrir conta no sistema bancário, hoje ativa no Banco Santander. Também obtivemos junto a Federação Gaúcha de Futebol atestado de regularidade e condição para disputarmos o Campeonato da Segunda Divisão ainda em 2020, recentemente cancelado pelas condições sanitárias impostas pela pandemia do novo coronavírus. Por solicitação da FGF foi criado

6137
8

um email oficial do clube, riograndense@fbcriograndense.com.br, para os contatos com a Federação Gaúcha de Futebol. O estádio foi vistoriado e aprovado pelo representante da Federação Gaúcha de Futebol, Senhor Rafael Maydana. Nas tratativas do restabelecimento de água e energia elétrica ao estádio, indispensáveis para a prática esportiva e para as obras de recuperação projetadas, foi constatado junto a Corsan dívida bastante antiga, tendo sido necessário uma negociação com parcelamento, para o qual contamos com o apoio do nosso torcedor e associado, gerente regional, Edison Negrão da Silva; com relação à CEEE, embora não havendo dívidas, foi constatado que toda fiação da rede até o estádio, assim como a instalação interna, haviam sido furtadas, tendo sido necessário providenciar poste, fiação e caixa de entrada para o final restabelecimento do serviço em 04/11/2019. Em razão da irregularidade da associação ambas as relações foram feitas em nome do Administrador Provisório. O sistema de captação de água bruta para utilização na manutenção do gramado foi substituído por estar desativado e sem manutenção por longo tempo, sendo que foram feitas as análises requeridas e solicitada a outorga, em tramitação, perante o Departamento de Recursos Hídricos do Estado, através da Eng. Amália Puccineli da Silva. Tramita ainda perante o Corpo de Bombeiros local projeto de PPCI do estádio, acompanhado pela União Engenharia, desde 14/02/2020, com alterações em 19/03/2020 e 25/09/2020, no aguardo de aprovação. Este é um pequeno relato das realizações da atual Diretoria de fato, neste período de administração provisória judicial, sendo que muitas outras são do conhecimento de todos os associados. Lamentavelmente, as limitações impostas pela pandemia, vetando a realização de assembleias determinaram, também, a impossibilidade de aprovarmos e registrarmos um novo Estatuto Social adequado ao atual novo Código Civil, trabalho realizado pelo dedicado torcedor e associado Dr. Paulo Fernando dos Santos Vidal e, em caráter preliminar, verificado e aprovado pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Com relação ao

texto do novo Estatuto Social importa esclarecer que na sua elaboração o propósito primordial solicitado por mim e adotado por ele foi o de fidelidade às normas do Código Civil vigente (artigos 53 a 610, e, especialmente, às exigências do Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em alguns casos, decorrentes de interpretação ainda não totalmente consolidada na doutrina e na jurisprudência. Portanto, conforme me foi relatado por ele, vamos no seu texto encontrar algumas expressões, de forma especial quanto a órgãos internos e denominação de cargos, que não se mostram adequadas ao futebol, outras anacrônicas, que até poderiam ser objeto de discussão, como sugerem Estatutos Sociais de clubes de futebol de grandes centros, discussão, porém, que, por certo, demandaria algum tempo e, portanto, não atenderia ao objetivo mais próximo e urgente que é o da imediata regularização do clube. Sendo assim, a aprovação do Estatuto Social ora apresentado permite a regularização do clube, sem qualquer impedimento, porém, que uma vez regularizado, sejam apresentadas, votadas, aprovadas e protocoladas alterações ou mesmo um novo texto, para o que poderemos contar com o mesmo autor do presente texto. Por estas razões expostas, é que conclamo a esta Assembleia Geral a aprovação do texto do Estatuto Social ora apresentado, como medida de urgência, objetivando a regularização do clube, com a posterior convocação de nova Assembleia Geral Extraordinária para a eleição de uma Diretoria de direito. Obrigado." A seguir foi feita a leitura e esclarecimentos de itens do novo Estatuto em atendimento ao interesse dos presentes e, posteriormente colocamos em votação o novo Estatuto Social, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, sem ressalvas, pelos associados presentes. Não havendo outras manifestações a posteriori o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da presente ata, que vai por ele e, por mim assinada.


Torquato Ribeiro Pontes Netto
Presidente


Paulo André Ferreira das Neves
Secretário



FOOT-BALL CLUB RIOGRANDENSE

Fundado em 11 de julho de 1909

CNPJ 87.748.513/0001-63

UMA VEZ COLORADO SEMPRE COLORADO

LISTA DE PRESENÇA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 10/11/2020

APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL

Socio Nr.	Nome do Sócio / RG / Telefone	Assinatura
008	Paulo André Nelson 1058945741 981332789	
006	Rafael Bastos da Silva Martins 4052083831 991550061	
027	Luiz Gustavo Ferreira Sassone 7024416612 999983255	
	Oskar Jardim de Lacerda 1018266807 343294550.72	
	Paulo Renato Thompson Clado 1008805093 984061934	
	Paulo Renato Ferreira Martini 5027546243 14642794034	
	Ana Maria Leuz Bastos da Silva 8031099779 981123582	
040	Haroldo Luiz de Costa Silva 984037892 1028824926	
28	Roseli Marise Alves de Souza 8023169776 984037892	
01	EUNICE ROMEU PITREZ 1015787995 984097037	



FOOT-BALL CLUB RIOGRANDENSE

REGISTRADO

SOB Nº 005284

6/37
A

Fundado em 11 de julho de 1909

CNPJ 87.748.513/0001-63

UMA VEZ COLORADO SEMPRE COLORADO

LISTA DE PRESENÇA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 10/11/2020

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL

Sócio Nr.	Nome do Sócio / RG / Telefone	Assinatura
	Alexandre Cruz Cardoso 7019377341 32-31-34-61	Alexandre Cruz Cardoso
	Eduardo Botelho Kestelteske 506691631 991378484	Eduardo Botelho Kestelteske
	Edmo José Martins Reis 146345700-68 991755405	Edmo José Martins Reis
	EDUARDO RIBEIRO PONTES 1075062112 991225697	Edmundo Ribeiro Pontes
	ÉLIO RIBEIRO PONTES NETO 1029456777 991225698	Élio Ribeiro Pontes Neto
	JOSÉ LUIZ DA SILVA MATTOS 9012444478 991393602	José Luiz da Silva Mattos
	BAUER HERMANZEL LINDEMANN 90127765034 981260459	Bauer Hermannz Linde
	CRISTIANO DIAS MEDEIROS 7088368399 981343313	Cristiano Dias Medeiros
	JOÃO ERACY MACHADO DE JOTA 5041306233 (53) 99119408	João Eracy Machado de Jota
	3054389659 (53) 984461075 JONITI OKAMURA JR.	Joniti Okamura Jr.

Estádio Torquato Pontes – Rua Visconde de Itaboraí, N°4 - CEP 96.203-014 - Rio Grande – RS

Sede Social: Rua Barão de Cotegipe, 376 – Centro – CEP 96.200-290 – Rio Grande - RS

República Federativa do Brasil

E-mail: riograndense@fbcriograndense.com.br



REGISTRADO

SOB Nº 005284

CNPJ 87.748.513/0001-63

UMA VEZ COLORADO SEMPRE COLORADO

LISTA DE PRESENÇA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 10/11/2020

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL

34 87
G A

Sede Social: Rua Barão de Cotegipe, 376 – Centro – CEP 96.200-290 – Rio Grande - RS

República Federativa do Brasil

E-mail: riograndense@fbcriograndense.com.br

31/3-7
C

ESTATUTO DO FOOT-BALL CLUB RIO GRANDENSE

TÍTULO I – DO FOOT-BALL CLUB RIO GRANDENSE

Capítulo 1 – Denominação, Sede e Fins

Capítulo 2 – Dos Símbolos

Capítulo 3 – Do Patrimônio e das Fontes de Recursos

TÍTULO II – DOS ASSOCIADOS

Capítulo 1 – Da Inscrição

Capítulo 2 – Das Categorias de Associados

Capítulo 3 – Dos Direitos e Deveres

Capítulo 4 – Das Disposições Disciplinares

TÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DO CLUBE

Capítulo 1 – Da Assembleia Geral

Capítulo 2 – Do Conselho Deliberativo

Capítulo 3 – Da Diretoria Administrativa

Capítulo 4 – Do Conselho Fiscal

TÍTULO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



ESTATUTO DO FOOT-BALL CLUB RIO GRANDENSE

TÍTULO I – DO FOOT-BALL CLUB RIO GRANDENSE

Capítulo 1 – Denominação, Sede e Fins

Art. 1º. O FOOT-BALL CLUB RIO GRANDENSE é uma associação sem fins econômicos, fundada em 11 de julho de 1909, com sede esportiva na rua Visconde de Itaboraí nº 4, Vila Farinha, Estádio Torquato Pontes, e administração na rua Barão de Cotegipe nº 376, Centro, na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, sem prejuízo de outros pontos de referência para seus associados, com tempo indeterminado de duração, tendo por finalidade a prática de atividades desportivas, sociais e culturais. Parágrafo único. Em suas atividades desportivas, a Associação, doravante chamada de Clube, propõe-se à prática do futebol, bem como de outros esportes, profissionais e amadores, olímpicos ou não, a critério de sua Diretoria Administrativa, depois de autorizada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 2º. Todo o poder emana dos associados, que o exercem por meio direto ou de seus representantes eleitos, nos termos deste Estatuto.

Parágrafo único. No desenvolvimento de todas as suas atividades, o Clube será regido pela legislação civil vigente, por este Estatuto e pelos instrumentos normativos complementares, ou seja, pelo Regulamento Geral do Clube, pelos Regimentos Internos de cada órgão e pelo Código de Ética e Disciplina, e em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Capítulo 2 – Dos Símbolos

Art. 3º. As cores do Clube são o vermelho e o amarelo e seus símbolos são: I – o Distintivo, na forma de um emblema redondo em campo amarelo, com as letras FBCRG em vermelho, também de forma arredondadas;





II - a Bandeira, de formato retangular, nas cores vermelha e amarela, em duas faixas dispostas horizontalmente, em iguais proporções, a superior em vermelho e a inferior em amarelo, tendo no centro o Distintivo;

III - o Hino auri-rubro, com letra de Firmino Carvalho e música de Luiz Nelson Piragine;

IV - a Simbologia, "O Guri Teimoso".

Parágrafo único. O uniforme oficial do Clube é representado por camisetas vermelhas, com numeração e detalhes na gola e nas mangas na cor amarela, e o distintivo do Clube na parte superior dianteira esquerda, calções brancos, meias vermelhas, sem prejuízo da utilização de outros uniformes alternativos, nas mesmas cores ou não, por questões de conveniência ou necessidade, sempre com o distintivo do Clube na camiseta.

Capítulo 3 – Do Patrimônio e das Fontes de Recursos

Art. 4º. O patrimônio do Clube é representado por todos os seus bens, imóveis, móveis e direitos, podendo, mediante reforma aditiva a este Estatuto, vir a ser representado por títulos patrimoniais, sendo que a alienação, exceto o Estádio Torquato Pontes, por força da escritura de compra e venda e permuta, ou a aquisição de qualquer bem imóvel ou a incidência de gravame real dependerá de prévia aprovação do Conselho Deliberativo, ouvido o Conselho Fiscal e referendado pela Assembleia Geral.

Art. 5º. Constituem receitas do Clube:

I - as obrigações sociais, que podem ser constituídas por mensalidades, taxas e outras espécies discriminadas no Regulamento Geral do Clube;

II - a venda de ingressos para competições esportivas e eventos;

III - a cessão ou alienação de direitos de geração e transmissão;

IV - a comercialização da marca, patrocínios e publicidade;

V - a cessão de direitos federativos ou empréstimos de atletas;

VI - os aluguéis de instalações imobiliárias;

VII - as rendas provenientes de competições desportivas;

VIII - as receitas de serviços instalados nas suas dependências;

IX - as receitas de empreendimentos;

X - os resultados de participação em sociedades;

5/3^x
C

- XI - as doações, legados e outras receitas compatíveis com a natureza do Clube;
- XII - as subvenções e auxílios concedidos pelo Poder Público.

TÍTULO II – DOS ASSOCIADOS

Capítulo 1 – Da Inscrição

Art. 6º. O Clube é constituído pela livre associação de pessoas, em número ilimitado, sem distinção de nacionalidade, gênero, classe social, identificação política e culto religioso, que, por si ou pelo respectivo responsável legal, manifestem expressamente, mediante apresentação de proposta, com a completa qualificação, o interesse em ingressar no quadro associativo.

§ 1º - A manifestação de interesse de ingresso no Clube estará condicionada à aprovação da Diretoria Administrativa e implica na aceitação e no compromisso de respeito às disposições deste Estatuto e dos demais instrumentos normativos complementares.

§ 2º - O pagamento da primeira obrigação social implica a admissão no quadro associativo, legitima o novo associado ao gozo dos direitos correspondentes à respectiva categoria social previstos neste Estatuto e demais instrumentos normativos complementares, e o sujeita à observância dos respectivos deveres.

Capítulo 2 - Das Categorias de Associados

Art. 7º. O quadro associativo é constituído das seguintes categorias:

- I - associados fundadores;
- II – associados beneméritos;
- III – associados remidos;
- IV – associados laureados;
- V – associados contribuintes;
- VI – associados atletas.

Parágrafo único. Caso o Clube entenda que seu patrimônio venha a ser representado, mediante quotas ou frações ideais, por títulos, será criada a



35137

categoria de Associados patrimoniais sendo a sua regulamentação objeto de aditamento ao presente Estatuto.

Art. 8º. São considerados associados fundadores, como homenagem especial e perpétua, todos aqueles que assinaram as atas do Clube de nº 1 (um), nº 2 (dois) e nº 3 (três).

Art. 9º. São considerados associados beneméritos aqueles que, por terem prestado relevantes serviços ao Clube, por proposta da Diretoria Administrativa, tiveram a indicação aprovada pelo Conselho Deliberativo, ficando isentos da obrigatoriedade do pagamento de mensalidades, taxas ou quaisquer outras obrigações sociais.

Parágrafo único. Fica mantida a condição de associados beneméritos a todos aqueles que obtiveram esta outorga anteriormente a este Estatuto, na forma dos Estatutos anteriores.

10º São considerados associados remidos aqueles que obtiveram esta condição em razão do lançamento de promoções em datas anteriores a este Estatuto, com a devida comprovação documental, ou aqueles que mantiverem suas mensalidades atualizadas de forma ininterrupta, por vinte anos, mediante as condições estabelecidas por este Estatuto;

Art. 11º. São considerados associados laureados aqueles, que defendendo o nome e a tradição do Clube, tenham participado em competições com reconhecido destaque, e que, por proposta da Diretoria Administrativa, tiveram a indicação aprovada pelo Conselho Deliberativo, ficando isentos da obrigatoriedade do pagamento de mensalidades, taxas ou quaisquer outras obrigações sociais.

Parágrafo único. Fica mantida a condição de associados laureados a todos aqueles que obtiveram esta outorga anteriormente a este Estatuto, na forma dos Estatutos anteriores.

Art. 12º. São considerados associados contribuintes aqueles que, na forma do art. 6º deste Estatuto, tenham manifestado expressamente o interesse em somar-se ao quadro associativo mediante condições estabelecidas por este Estatuto, podendo esta categoria ser subdividida mediante previsão no Regulamento Interno do Clube ou a critério da Diretoria Administrativa, após ouvido o Conselho Deliberativo.



G

Art. 13º. São considerados associados atletas aqueles que, na condição de amadores, estejam, temporariamente, competindo em qualquer modalidade desportiva, representando o Clube, junto a entidades desportivas a que estiver filiado.

Art. 14º. As eventuais concessões de vantagens aos associados, de cada categoria, obedecerão aos princípios da isonomia e da impessoalidade.

Parágrafo único. O associado investido em qualquer cargo ou função nos órgãos do Clube ou em representação não fica dispensado das suas devidas obrigações sociais e não perceberá, por esta atividade, qualquer remuneração, salvo quando assumir cargos remunerados previstos no plano de cargos e salários estabelecido pelo Regulamento Geral do Clube.

Capítulo 3 – Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 15º. São direitos dos associados:

I – participar da Assembleia Geral, com direito a proposições e discussão da matéria em debate, com voto pessoal e unitário, preenchidos os requisitos deste Estatuto;

II – recorrer ao Conselho Deliberativo, no prazo de 10 (dez) dias a partir da data que tiver ciência, de atos ou decisões da Diretoria Administrativa, quando se julgar prejudicado em seu direito de associado;

III – ter acesso às dependências do Clube, na forma estabelecida pelo Regulamento Geral do Clube, sendo que em dias de competições esportivas e de outros eventos, a Diretoria Administrativa poderá cobrar ingressos aos associados a fim de tornar exequíveis estes empreendimentos, bem como quando se tratar de competições oficiais com regramentos estabelecidos pela entidade organizadora;

IV – solicitar ao Presidente do Conselho Deliberativo a convocação extraordinária da Assembleia Geral, em requerimento subscrito, no mínimo, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos associativos, mencionando o motivo da convocação e tendo como fundamento o Estatuto e os interesses do Clube;

V - solicitar aos respectivos Presidentes a convocação extraordinária do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal, para reunião de quaisquer



34/37

U

destes órgãos a ser realizada em até trinta dias, em requerimento subscrito por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos associativos, mencionando o motivo da convocação e tendo como fundamento o Estatuto e os interesses do Clube;

VI - demitir-se do quadro social, por ato voluntário, por escrito, e protocolado na sede do clube, com efeito imediato.

§ 1º - Para garantia dos direitos conferidos aos associados e eficácia das medidas de fiscalização, o Clube fornecerá carteiras de associado, de forma gratuita ou mediante pagamento de taxa fixada pelo Conselho Deliberativo.

§ 2º - Os associados poderão solicitar licença de até 6 (seis) meses por motivo que, a critério da Diretoria Administrativa, seja considerado justificável, período em que ficará isento do pagamento de qualquer contribuição e com seus direitos suspensos.

Art. 16º. São deveres dos associados:

I - manter atualizados os pagamentos das obrigações sociais, que podem ser constituídas por mensalidades, taxas e outras espécies discriminadas no Regulamento Geral do Clube;

II - cumprir o disposto no Estatuto, no Regulamento Geral do Clube e demais instrumentos normativos complementares, submetendo-se aos atos emanados da Diretoria Administrativa ou do Conselho Deliberativo, ressalvados os recursos previstos, quando entenderem que tiveram seus direitos prejudicados;

III - acatar, para que não haja prejuízo do Clube, as resoluções das entidades desportivas a que o Clube estiver filiado;

IV - exibir, quando solicitada, a carteira de associado;

V - manter atualizados seus dados cadastrais junto à administração, na forma do Regulamento Geral do Clube.

Parágrafo único. O associado que não estiver em dia com as obrigações sociais terá automaticamente seus direitos suspensos.

Capítulo 4 – Das Disposições Disciplinares

Art. 17º. O associado que infringir as disposições deste Estatuto e dos demais instrumentos normativos complementares, assegurados a ampla defesa, o contraditório e o direito de recurso ao Conselho Deliberativo, nos termos do art. 15º, inciso II, ficará sujeito às seguintes penalidades:



28/37
C

I – advertência escrita, no caso de faltas simples, a critério da Diretoria Administrativa, e para as quais não estejam previstas penalidades mais graves;

II – suspensão, por até doze meses, no caso de reincidência em falta punida com advertência, ou nas seguintes hipóteses:

- a) dano ao patrimônio do Clube;
- b) desrespeito aos integrantes ou representantes da Diretoria Administrativa;
- c) perturbação da ordem nas dependências do Clube;
- d) promoção de discórdia entre os associados, referência injuriosa ao Clube ou aos seus órgãos dirigentes ou seus integrantes;
- e) conduta indecorosa ou inconveniente, durante competições ou festividades realizadas pelo Clube nas suas dependências ou de terceiros.

III - exclusão:

- a) pela reincidência na prática de faltas punidas originariamente com a pena de suspensão;
- b) pela aplicação de uma segunda pena de suspensão, ainda que por falta punida originariamente com advertência;
- c) pela prática de condutas incompatíveis com o desporto, seja mediante atos de violência, discriminatórios ou preconceituosos, em prejuízo concreto ou da imagem do Clube;
- d) for condenado judicialmente, com sentença transitada em julgado, por ato que o desabone ou o torne inidôneo.

§ 1º - A pena de advertência escrita será aplicada pela Diretoria Administrativa.

§ 2º - As penas de suspensão e de exclusão, mediante encaminhamento da Diretoria Administrativa, serão processadas e aplicadas pela Comissão Permanente de Ética e Disciplina do Conselho Deliberativo.

§ 3º - A pena de suspensão privará o sócio do gozo de seus direitos associativos durante o cumprimento da penalidade, sem interrupção do pagamento das obrigações sociais devidas.

§ 4º - O associado que deixar de pagar, por 01 (um) ano, as obrigações sociais previstas neste Estatuto será automaticamente excluído do Clube, somente podendo nele reingressar mediante nova associação, com o pagamento da dívida ou mediante a apresentação de justificativa a ser

15/3/8
CA

encaminhada pela Diretoria Administrativa para a apreciação do Conselho Deliberativo.

§ 5º - O Conselho Deliberativo elegerá uma Comissão Permanente de Ética e Disciplina, composta de 03 (três) de seus integrantes, com competência para processar e julgar, originariamente, os associados, os membros da Diretoria Administrativa e Conselheiros pela prática de infrações disciplinares, cabendo-lhe apreciar a matéria em grau de recurso.

TÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DO CLUBE

Art. 18º. São órgãos do Clube:

- I - a Assembleia Geral;
- II - o Conselho Deliberativo;
- III – a Diretoria Administrativa;
- IV – o Conselho Fiscal.

Capítulo 1 – Da Assembleia Geral

Art. 19º. A Assembleia Geral é constituída pelos associados de todas as categorias, maiores de dezesseis anos, no gozo de seus direitos associativos, com voto pessoal e unitário, que tenham sido admitidos há mais de ano da data da reunião. **(Vide Disposições Transitórias)**

Art. 20º. Compete à Assembleia Geral:

- I – eleger os integrantes do Conselho Deliberativo;
- II – declarar, mediante representação do Conselho Deliberativo, a perda do mandato de membro da Diretoria Administrativa;
- III – apreciar e votar proposta de alteração estatutária, após encaminhamento favorável do Conselho Deliberativo;
- IV - apreciar e decidir sobre assuntos gerais de interesse do Clube que não estejam previstos na competência estatutária ou regulamentada pelos demais órgãos.

Art. 21º. A Assembleia Geral, por convocação do Presidente do Conselho Deliberativo e por ele, preferencialmente presidida, reunir-se-á:

20/12/20
P

I – ordinariamente, de 02 (dois) em 02 (dois) anos, na primeira quinzena do mês de novembro dos anos pares, para o fim de eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo, de acordo com as vagas existentes, nos termos do edital;

II - extraordinariamente, sempre que convocada, por iniciativa do Presidente do Conselho Deliberativo, por requerimento do Presidente do Clube ou de 1/5 (um quinto) dos associados, em pleno gozo de seus direitos estatutários, para:

- a. declarar, mediante representação do Conselho Deliberativo, a perda de mandato de membro da Diretoria Administrativa que, por atitudes imorais ou incompatíveis com a ética, tenham causado prejuízo concreto ou à imagem do Clube, ou ainda mediante gestão irregular ou temerária, sem prejuízo da responsabilização pessoal, civil e criminal, objetivando o devido ressarcimento;
- b. para aplicar a pena de exclusão, nos termos do art. 17º, inciso III, deste Estatuto, a membro da Diretoria Administrativa do Clube;
- c. aprovar alteração estatutária, após encaminhamento favorável do Conselho Deliberativo;
- d. completar o número de membros do Conselho Deliberativo, quando esgotados os nomes escolhidos para suplentes;
- e. apreciar e decidir sobre assuntos gerais de interesse do Clube que não estejam previstos na competência estatutária ou regulamentada pelos demais órgãos.

Art. 22º. A convocação para reunião da Assembleia Geral será providenciada pela Mesa do Conselho Deliberativo, mediante edital publicado na página do Clube na Internet e em jornal diário da Cidade do Rio Grande - RS, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da reunião.

§ 1º - Nos casos de requerimento de reunião da Assembleia Geral, o Presidente do Conselho Deliberativo terá o prazo de 05 (cinco) dias para realizar a convocação, sendo que o não atendimento deste prazo autoriza o Presidente do Clube a assinar e publicar o devido edital de convocação.

§ 2º - Para a reunião da Assembleia Geral em primeira convocação, é necessária a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados que a compõem, até vinte minutos após a hora marcada para o seu início.



9

§ 3º - Trinta minutos depois do primeiro apazamento, a reunião será realizada em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

§ 4º - No caso da hipótese prevista na alínea *a*, do inciso II, do art. 21º deste Estatuto, será exigida a presença de 1/3 (um terço) dos associados.

Art. 23º. No caso de Assembleia Geral convocada por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos associativos, necessário que no requerimento seja mencionando o motivo e tendo como fundamento o Estatuto e os interesses do Clube.

Art. 24º. A Assembleia Geral será instalada na data e local designados pelo Presidente do Conselho Deliberativo, sendo a elaboração da ata de responsabilidade do seu Secretário.

Art. 25º. Nas reuniões ordinárias ou extraordinárias da Assembleia Geral será observada a seguinte ordem nos trabalhos:

I - abertura da sessão e verificação do *quorum*;

II - leitura da convocação;

III - discussão, se for o caso, e votação dos itens constantes da Ordem do Dia.

Parágrafo único. O Presidente poderá vedar ou limitar o uso da palavra, estabelecendo o tempo máximo para cada manifestação, fixar o tema em debate e o número máximo de manifestações, bem como impedir que cada associado se pronuncie por mais de uma vez sobre o mesmo assunto.

Art. 26º. Nas reuniões da Assembleia Geral não poderão votar ou ser votados os associados que não estiverem em pleno gozo de seus direitos associativos ou mesmo suspensos automaticamente por atraso com as obrigações sociais devidas ao Clube.

Art. 27º. As matérias em pauta serão aprovadas pela maioria simples dos associados votantes.

Art. 28º. As atas das reuniões da Assembleia Geral serão assinadas pelo Presidente e pelo Secretário, registradas em livro próprio, em meio eletrônico e no devido cartório de registros públicos.



22/37
A

Art. 29º. Aplicar-se-á ao funcionamento das reuniões da Assembleia Geral, de forma subsidiária, as disposições referentes ao funcionamento do Conselho Deliberativo.

Capítulo 2 - Do Conselho Deliberativo

Art. 30º. O Conselho Deliberativo é constituído por associados maiores de 18 (dezoito) anos, eleitos pela Assembleia Geral, em número nunca inferior a 24 (vinte e quatro), para o cumprimento de mandato de 04 (quatro) anos.

(Vide Disposições Transitórias)

§ 1º - São integrantes natos do Conselho Deliberativo:

I – os Ex-Presidentes do Clube e do Conselho Deliberativo;

II – o associado que tenha integrado o Conselho Deliberativo durante 20 (vinte) anos consecutivos;

III - os associados beneméritos e laureados.

§ 2º - A Representação do Conselho Deliberativo será renovada de dois em dois anos, pela eleição de metade de seus integrantes. **(Vide Disposições Transitórias)**

§ 3º - Os integrantes eleitos pela Assembleia Geral, juntamente com os respectivos suplentes, serão escolhidos dentre os associados com, pelo menos, dois anos de associação, e no pleno gozo dos direitos associativos, observado o seguinte procedimento: **(Vide Disposições Transitórias)**

I - nas eleições de que trata este parágrafo, serão aceitas as inscrições de chapas, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contendo os nomes dos candidatos em número igual ao de vagas existentes para titulares e metade destes para suplentes, conforme edital para tal fim publicado, em ordem decrescente de nomes, que será considerada para o fim de promover a ascensão efetiva como integrante do Conselho Deliberativo do Clube;

II – cada associado votará em uma única chapa.

§ 4º - Vindo a completar 20 (vinte) anos de exercício de mandatos no Conselho Deliberativo, o associado tomará posse como Conselheiro nato por ocasião do término de seu mandato como Conselheiro eleito.

§ 5º - Caso o Presidente do Clube, o Presidente do Conselho Deliberativo ou o Conselheiro eleito, renuncie ou por qualquer outro motivo deixe de exercer integralmente seu mandato, não tomará posse como Conselheiro

22/37
C

nato ao final do mandato, de conformidade com o § 1º, inciso I, deste artigo, salvo se o motivo para o não cumprimento do mandato, devidamente comprovado, seja considerado justificável pelo Conselho Deliberativo.

§ 6º - Os Conselheiros eleitos pela Assembleia Geral tomarão posse em sessão solene do Conselho Deliberativo na primeira quinzena do mês de dezembro do mesmo ano.

§ 7º - Os Conselheiros que passarem a ocupar cargos subordinados à Diretoria Administrativa serão substituídos, pelo correspondente tempo, por Conselheiros suplentes.

Art. 31º. Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - empossar os Conselheiros eleitos pela Assembleia Geral;
- II - eleger e empossar seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário, com mandatos pelo período de 02 (dois) anos, que constituirão a Mesa do Conselho Deliberativo, bem como, concomitantemente, eleger e empossar os membros da sua Comissão Permanente de Ética e Disciplina;
- III - eleger e empossar o Presidente e demais integrantes da Diretoria Administrativa do Clube;
- IV - eleger e empossar os integrantes do Conselho Fiscal;
- V - apreciar e votar a proposta orçamentária para o exercício social seguinte;
- VI - julgar as contas anuais apresentadas pela Diretoria Administrativa, acompanhadas por parecer fundamentado do Conselho Fiscal;
- VII - deliberar sobre proposta de reforma estatutária a ser encaminhada para a Assembleia Geral;
- VIII - apurar a responsabilidade de membro do Conselho Fiscal, mediante representação de, no mínimo, 05 (cinco) Conselheiros e declarar a perda de seu mandato, nos termos do art. 54º deste Estatuto;
- IX - declarar a perda de mandato de membro do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal que, por atitudes imorais ou incompatíveis com a ética, tenham causado prejuízo concreto ou à imagem do Clube;
- X - deliberar sobre proposta da Diretoria Administrativa fixando as obrigações sociais, constituídas de mensalidades, taxas e outras espécies discriminadas no Regulamento Geral do Clube;
- XI - exigir de quaisquer órgãos do Clube, com prazo certo, informação ou documento que julgar necessário para sua deliberação;

24/37
P

XII - deliberar, previamente, quanto à prática de qualquer ato de gestão que implique antecipação de receita do Clube, ordinária ou extraordinariamente, por período que ultrapasse a data do término do mandato da Diretoria Administrativa, ouvido, mediante parecer, o Conselho Fiscal;

XIII - conhecer das penalidades aplicadas a associado pela Diretoria Administrativa ou pela sua Comissão Permanente de Ética e Disciplina e sobre elas decidir em grau de recurso voluntário;

XIV - acompanhar os atos de administração, sempre que, por maioria, entender necessário aos interesses do Clube, podendo, para isso, constituir comissões especiais;

XV - deliberar sobre os instrumentos normativos complementares ao presente Estatuto;

XVI - conceder, por indicação da Diretoria Administrativa ou de proposta apresentada por, no mínimo, 1/3 (um terço) de Conselheiros, o título de associado benemérito, associado laureado e a denominação de qualquer dependência do Clube, após aprovação em votação pela maioria absoluta de seus integrantes;

XVII - interpretar, por resolução, os casos omissos deste Estatuto.

Art. 32º. O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, na primeira quinzena de dezembro:

I – anualmente, para debater e votar os termos da proposta orçamentária para o exercício social do ano seguinte;

II – de 02 (dois) em 02 (dois) anos, nos anos pares, para:

- a) empossar os Conselheiros eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada na primeira quinzena do mês de novembro do mesmo ano;
- b) eleger e empossar seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário, bem como os membros da sua Comissão Permanente de Ética e Disciplina;
- c) eleger e empossar os integrantes da Diretoria Administrativa;
- d) eleger e empossar os integrantes do Conselho Fiscal.

Art. 33º. O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, na primeira quinzena de abril, anualmente, para apreciar o relatório da Diretoria Administrativa, bem como para o exame e votação do balanço geral do exercício anterior, acompanhado do demonstrativo dos lucros e perdas, com parecer fundamentado do Conselho Fiscal, o qual deve ser

25/37
8

encaminhado até o final do mês de fevereiro para a Mesa Diretora do Conselho Deliberativo.

Art. 34º. O Conselho Deliberativo, quando necessário e atendidas as exigências deste Estatuto, reunir-se-á extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, por requerimento do Presidente do Clube, do Presidente do Conselho Fiscal, de 1/3 (um terço) de seus integrantes ou ainda de 1/5 (um quinto) dos associados, em pleno gozo de seus direitos estatutários, para deliberar sobre as matérias previstas no art. 31º ou sobre qualquer assunto de interesse do Clube, que não seja da competência de outro órgão.

Parágrafo único. Caso o Presidente do Conselho Deliberativo não providencie a convocação em 10 (dez) dias, após o recebimento do requerimento, ficam os signatários autorizados a providenciar na respectiva convocação, observados os prazos e demais exigências estatutárias.

Art. 35º. No caso de convocação do Conselho Deliberativo por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos associativos, necessário que seja mencionando no requerimento o motivo e tendo como fundamento o Estatuto e os interesses do Clube.

Art. 36º. Para a deliberação das matérias abaixo enumeradas é exigida a presença da maioria absoluta dos integrantes do Conselho:

I - eleição da Diretoria Administrativa;

II - reforma estatutária;

III - examinar a hipótese de perda de mandato de membro da Diretoria Administrativa, para encaminhamento à Assembleia Geral;

IV - perda de mandato de membro do Conselho Fiscal.

§ 1º - Não havendo número legal à hora marcada, o Presidente do Conselho suspenderá a sessão e providenciará em uma segunda convocação, para dentro dos quinze dias seguintes.

§ 2º - Na segunda convocação a que alude o parágrafo anterior, se não houver o número legal o Presidente realizará a sessão com qualquer número de Conselheiros.

Art. 37º. A convocação do Conselho Deliberativo deverá ser feita com a antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da reunião, mas, em casos excepcionais e de natureza inadiável, o Conselho Deliberativo poderá ser

26/37
P

convocado extraordinariamente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, desde que se assegurem meios de convocação efetiva de todos os Conselheiros.

Art. 38º. O Regimento Interno do Conselho Deliberativo disciplinará o funcionamento do órgão e da Assembleia Geral, bem como o processo de eleições da Diretoria Administrativa, dos integrantes do Conselho Deliberativo, da Mesa do Conselho Deliberativo, da Comissão Permanente de Ética e Disciplina e dos integrantes do Conselho Fiscal. **(Vide Disposições Transitórias)**

1º - É inelegível, para fins de reeleição, o membro do Conselho Deliberativo que durante o respectivo mandato tenha faltado a cinco ou mais sessões, consecutivas ou alternadas, sem justificção.

§ 2º - A justificção deverá ser encaminhada pessoal e formalmente até a aprovação da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo ou ser aprovada pelo plenário na primeira reunião ordinária após a falta a ser justificada.

§ 3º - A Secretaria do Conselho Deliberativo manterá atualizada e à disposição dos interessados a relação das ausências não justificadas às reuniões do Conselho Deliberativo, inclusive para informar sobre a condição de elegibilidade de Conselheiros.

Capítulo 3 – Da Diretoria Administrativa

Art. 39º. O Clube será dirigido por uma Diretoria Administrativa, composta por sete integrantes eleitos pelo Conselho Deliberativo, a saber, o Presidente, o Primeiro Vice-Presidente, o Segundo Vice-Presidente, o Primeiro Secretário, o Segundo Secretário, o Primeiro Tesoureiro e o Segundo Tesoureiro.

§ 1º - Com exceção do Departamento de Futebol, atividade primeira do Clube, os Departamentos de Administração e Finanças, de Patrimônio, de Assuntos Jurídicos, de Marketing, de Relacionamento Social e de Planejamento e Controle terão sua manutenção em funcionamento subordinada ao juízo de conveniência e possibilidade da Diretoria Administrativa.

27/37
C

§ 2º - Os gestores dos Departamentos acima referidos, denominados Assessores de Departamento, são de livre escolha e de demissão a critério do Presidente.

§ 3º - Os Vice-Presidentes poderão acumular o cargo de Assessor de Departamento a convite do Presidente.

§ 4º - As atribuições correspondentes aos Departamentos que não estiverem em funcionamento são da responsabilidade do Presidente ou de quem ele as delegar.

§ 5º - O mandato dos dirigentes eleitos da Diretoria Administrativa é de dois anos, permitida uma única recondução para o cargo de Presidente.

Art. 40º. Ocorrendo vaga de qualquer dos cargos eleitos da Diretoria Administrativa, será realizada nova eleição pelo Conselho Deliberativo, para a conclusão do mandato, no prazo de trinta dias, a contar da data da vacância do cargo.

Parágrafo único. Os candidatos ao cargo vago deverão apresentar ao Presidente do Conselho Deliberativo sua intenção de concorrer até dez dias antes da eleição, que deverá ser convocada com ao menos quinze dias de antecedência.

Art. 41º. Sem prejuízo das responsabilidades concernentes aos integrantes da Diretoria Administrativa, bem como dos Assessores de Departamento, o Presidente é o responsável pela administração do Clube perante o Conselho Deliberativo.

§ 1º. Independentemente das obrigações anuais de ordem contábil e fiscal, o Presidente, ao final de cada gestão, encaminhará ao Conselho Deliberativo relatório de atividades, retratando a situação financeira, administrativa e patrimonial do Clube.

§ 2º. Somente o Presidente do Clube ou integrante da Diretoria Administrativa por ele autorizado, poderão, nas reuniões do Conselho Deliberativo, falar em nome daquele órgão.

Art. 42º. São atribuições do Presidente:

- I - representar o Clube, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - presidir as reuniões da Diretoria Administrativa;
- III - encaminhar, anualmente, até o último dia do mês de fevereiro, ao Presidente do Conselho Fiscal, para parecer, e à Mesa do Conselho Deliberativo o balanço geral das contas do exercício anterior;

24/3x
P

- IV - encaminhar, anualmente, até o último dia do mês de outubro, à Presidência do Conselho Fiscal, para parecer, e à Mesa do Conselho Deliberativo a proposta para o orçamento do exercício social do ano seguinte;
- V - fiscalizar o cumprimento do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, vedada a antecipação de receitas futuras que ultrapassem o período de seu mandato, salvo se aprovado expressamente pelo Conselho Deliberativo, com parecer do Conselho Fiscal;
- VI - requerer, sempre que entender necessário, reunião extraordinária do Conselho Deliberativo;
- VII - requerer, sempre que achar necessário, reunião extraordinária da Assembleia Geral;
- VIII - indicar e demitir os Assessores de Departamentos;
- IX - aprovar o plano de cargos e salários do Clube, que deverá integrar o Regulamento Geral do Clube;
- X - contratar executivos remunerados para os setores técnicos e demais funcionários, fixando suas respectivas remunerações, em conformidade com o plano de cargos e salários do Clube;
- XI - avaliar constantemente o desempenho dos executivos remunerados, bem como de todos os funcionários do Clube;
- XII - demitir os executivos remunerados e demais funcionários;
- XIII - estabelecer metas e indicadores para cada um dos Departamentos mantidos em funcionamento;
- XIV - aprovar diretrizes para as estratégias de gestão de futebol, comercial, financeira, negócios estratégicos e recursos humanos;
- XV - decidir sobre qualquer prática de gestão extraordinária não compreendida neste Estatuto ou nos demais Instrumentos Normativos do Clube;
- XVI - encaminhar ao Presidente do Conselho Deliberativo, mensalmente, relação de associados não aptos a votar por estarem com seus direitos associativos suspensos;
- XVII - decidir o posicionamento do Clube nas eleições dos órgãos em que for afiliado, mediante justificativa da posição adotada em ata e, posteriormente, remetida à Presidência do Conselho Deliberativo para informação aos demais Conselheiros do Clube;
- XVIII - fortalecer a imagem institucional do Clube e por ela zelar permanentemente;

XIX - decidir e executar questões de natureza ordinária e rotineiras do Clube;

Parágrafo único. Na emissão de cheques, duplicatas, notas promissórias ou outros títulos de crédito, deverão constar sempre as assinaturas, em conjunto, do Presidente e do 1º Tesoureiro ou do 2º Tesoureiro.

Art. 43º. Compete aos 1º e 2º Vice-Presidentes, sucessivamente:

I - substituir o Presidente em caso de vacância, impedimentos, licenças e auxiliá-lo em todas as suas atribuições;

II - exercer as funções, atribuições e delegações que lhes forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 44º. Compete ao Primeiro Secretário:

I - redigir e assinar as atas de reuniões da Diretoria Administrativa, avisos, convocações e toda a correspondência do Clube;

II - conferir regimentos e regulamentos, além de outras instruções que devam ser assinadas pelo Presidente;

III - expedir avisos de atrasos de débitos aos sócios, após comunicação da Tesouraria;

IV - superintender todos os trabalhos de secretaria do Clube, zelando pela boa ordem e arquivo de todos os documentos do setor;

V - propor ao Presidente a admissão ou dispensa de funcionários sob sua orientação.

Art. 45º. Compete ao Segundo Secretário:

I - assessorar o Primeiro Secretário em todas as suas funções, repartindo com ele, em comum acordo, as tarefas da sua competência;

II - substituir o Primeiro Secretário em caso de licença ou qualquer afastamento deste.

Art. 46º. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I - promover a arrecadação das receitas do Clube e sugerir formas para seu incremento;

II - ter sob sua guarda e responsabilidade os valores pertencentes ao Clube;

III - efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente, depois de conferida sua exatidão;

30/12/17
U

IV – assinar, junto com o Presidente, os documentos que exijam, de acordo com Este Estatuto, a assinatura conjunta de ambos;

V – apresentar ao Presidente:

- a) a relação dos sócios em atraso, passíveis de suspensão ou exclusão;
- b) balancetes demonstrativos de receitas e despesas de competições esportivas e atividades recreativas;
- c) demonstrativo mensal do livro caixa;
- d) relação mensal, por categoria, dos sócios admitidos e excluídos.

VI – apresentar, trimestralmente, um balancete da receita e da despesa, acompanhado dos documentos comprobatórios, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao trimestre vencido;

VII – dirigir o serviço e controle geral de cobranças;

VIII – organizar, anualmente, o Balanço Patrimonial do Clube;

IX – superintender os trabalhos de tesouraria, podendo propor ao Presidente a admissão ou dispensa de funcionários sob sua orientação;

X – controlar o serviço de compras, entrada e baixa de materiais, apresentando relatório ao Presidente, contendo o movimento mensal e o inventário anual;

XI – organizar e manter atualizado o tombamento geral do Clube;

XII – organizar e manter atualizado o cadastro do quadro social, com as devidas qualificações dos associados.

Art. 47º. Compete ao Segundo Tesoureiro:

I – Assessorar o Primeiro Tesoureiro em todas as suas funções, repartindo com ele, em comum acordo, as tarefas da sua competência;

II - substituir o Primeiro Tesoureiro em caso de licença ou qualquer afastamento deste.

Art. 48º. Compete aos Assessores de Departamentos:

I - seguir as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Administrativa;

II - estabelecer as diretrizes para a atuação da área de sua competência;

III - fiscalizar, controlar e orientar a gestão dos executivos remunerados de sua área, respondendo perante a Diretoria Administrativa acerca dos temas de sua responsabilidade;

IV - promover a integração entre todas as áreas do Clube, cumprindo o preceito de transparência;





- V - cumprir todas as demais atribuições definidas pelos no presente Estatuto e nos instrumentos normativos complementares do Clube;
- VI - indicar executivos remunerados para as suas respectivas áreas, fixando-lhes as competências e alçadas.

Art. 49º. Compete especificamente ao Assessor de Departamento de Futebol:

- I - desenvolver o planejamento e executar a política de futebol da Diretoria Administrativa;
- II - promover a integração entre as áreas de futebol profissional e categorias de base;
- III - nomear o encarregado de cada uma das categorias de base;
- IV - realizar a gestão da comissão técnica e equipe multidisciplinar;
- V - realizar a negociação para a aquisição ou alienação de direitos federativos de atletas depois da anuência e delegação da Diretoria Administrativa.

Art. 50º. Compete aos executivos remunerados:

- I - seguir e fazer cumprir as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Administrativa e pelos Assessores de Departamento a que estiverem subordinados;
- II - realizar a gestão da sua área de atuação para cumprimento de metas e atingimento dos indicadores apontados pelo Assessor de Departamento a que estiverem subordinados e pela Diretoria Administrativa;
- III - prestar informações ao Assessor de Departamento a que estiverem subordinado e à Diretoria Administrativa, quando solicitados;
- IV - participar das decisões estratégicas envolvendo sua área de atuação;
- V - cumprir todas as demais atribuições definidas no presente Estatuto e nos instrumentos normativos complementares do Clube.

Capítulo 4 - Do Conselho Fiscal

Art. 51º. O Conselho Fiscal, órgão independente de fiscalização das contas da Diretoria Administrativa e de assessoramento permanente do Conselho

Deliberativo, por este eleito para mandato de dois anos, é constituído por seis integrantes, sendo 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes.

§ 1º - Não poderá ser integrante do Conselho Fiscal o cônjuge, o ascendente e o descendente em qualquer grau, ou colateral, até o terceiro grau dos integrantes da Diretoria Administrativa.

§ 2º - Cada chapa ao Conselho Fiscal deverá conter os nomes dos 03 (três) titulares e dos 03 (três) suplentes, em ordem de precedência.

§ 3º - O Conselho Fiscal elegerá seu Presidente dentre os seus integrantes titulares e disporá sobre a sua organização e o seu funcionamento no seu Regimento Interno, submetendo-o à apreciação do Conselho Deliberativo.

§ 4º - Os integrantes do Conselho Fiscal poderão ser reeleitos por um período subsequente.

Art. 52º. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os livros, documentos e balancetes;
- II - exigir vista de quaisquer documentos, os quais deverão ser disponibilizados no prazo de cinco dias úteis;
- III - encaminhar, anualmente, até o último dia do mês de março, ao Conselho Deliberativo parecer fundamentado, nele fazendo constar as informações necessárias e úteis à sua deliberação, sobre a prestação das contas anuais apresentadas pela Diretoria Administrativa, relativas ao seu movimento econômico, financeiro e administrativo;
- IV - encaminhar, anualmente, até o último dia do mês de novembro, ao Conselho Deliberativo, parecer fundamentado, sobre a proposta orçamentária para o próximo exercício social;
- V - fiscalizar o cumprimento das deliberações determinadas pela legislação esportiva e praticar os atos que esta lhe atribuir;
- VI - denunciar ao Conselho Deliberativo erros administrativos ou qualquer violação da lei ou do Estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora;
- VII - convocar o Conselho Deliberativo, quando ocorrer motivo grave ou urgente.

Parágrafo único. Os integrantes do Conselho Fiscal têm os mesmos deveres dos integrantes da Diretoria Administrativa e respondem, individual e coletivamente, pelos danos resultantes da omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com violação da lei ou do Estatuto.



Art. 53º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente nos meses de março e novembro e extraordinariamente quando necessário, mediante convocação de qualquer de seus integrantes, do Presidente do Clube, do Presidente do Conselho Deliberativo, por convocação do próprio Conselho, ou, ainda, por requerimento de associados no gozo dos direitos estatutários nos termos do art. 15, inciso V, deste Estatuto.

Art. 54º. O Conselheiro Fiscal somente poderá ser destituído após decisão definitiva do Conselho Deliberativo em procedimento que garanta a ampla defesa e o contraditório, nas seguintes condições:

- a) durante o respectivo mandato tenha faltado a 02 (duas) ou mais sessões consecutivas ou alternadas do Conselho Fiscal, sem justificção;
- b) reiteradamente tenha deixado de cumprir com as atividades designadas pelo colegiado do Conselho Fiscal;
- c) reiteradamente tenha deixado de cumprir com as competências do Conselho Fiscal, conforme estabelecido no art. 52º.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55º. As disposições do presente Estatuto serão complementadas pelo Regulamento Geral do Clube, pelos Regimentos Internos de cada órgão e pelo Código de Ética e Disciplina.

Art. 56º. Todos os instrumentos normativos do Clube serão divulgados na página eletrônica do Clube.

Art. 57º. O Regulamento Geral do Clube poderá dispor sobre a criação de títulos honoríficos para atletas, associados e não associados que tenham contribuído significativamente para o Clube.

Art. 58º. O orçamento anual destacará, de forma preferencial, as receitas e despesas atinentes ao Departamento de Futebol.

Art. 59º. O Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal poderão buscar assessoramento em auditores externos e independentes, remunerados ou não.

Art. 60º. Os integrantes Da Diretoria Administrativa, os assessores e os executivos remunerados responderão civil e criminalmente por condutas contrárias às regras estatutárias, dos instrumentos normativos complementares do Clube e da legislação vigente que tragam prejuízos ao Clube.

Art. 61º. Os órgãos do Clube deverão manter escriturados e atualizados, segundo os modelos fixados pela legislação, os livros necessários ao registro do movimento econômico e financeiro, ao inventário do patrimônio e à transcrição dos atos, deliberações e pareceres, diligenciados especialmente no sentido de que:

- I. os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária sejam escriturados em livros próprios ou fichas, comprovados por documentos em arquivo;
- II. o orçamento e a contabilidade do desporto profissional sejam feitos à parte e registrados de modo autônomo, a fim de garantir tratamento independente ao setor profissional;
- III. todas as receitas e despesas estejam sujeitas à exibição dos comprovantes de recolhimento ou pagamento e à demonstração dos respectivos saldos;
- IV. o balanço de cada exercício, acompanhado da demonstração dos lucros e perdas, registre os resultados das contas patrimoniais financeiras e orçamentárias.

Art. 62º. O Presidente do órgão que der causa a eventual descumprimento de prazos legais para aprovação e publicação do balanço anual do Clube fica sujeito às punições previstas em lei e neste Estatuto.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente justificados, o Conselho Deliberativo poderá autorizar a prorrogação dos prazos relativos à apreciação e votação da proposta orçamentaria e prestação anual de contas da Diretoria Administrativa.



8

Art. 63º. Compete à Assembleia Geral, privativamente, pelo voto de dois terços (2/3) de seus integrantes, decidir quanto à dissolução ou fusão do Clube.

Art. 64º. No caso de extinção do Clube, seu patrimônio passível de alienação será destinado à resolução dos compromissos financeiros e, se houver saldo, será destinado a entidade sem fins econômicos, indicada pela Assembleia Geral.

Art. 65º. Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pelo Clube.

Art. 66º. A manifestação do associado pelo voto é pessoal e unitária, não sendo admitido o voto por procuração em qualquer órgão do Clube.

Art. 67º. - No caso de empate nas eleições para a Diretoria Administrativa ou para a Mesa do Conselho Deliberativo, será considerada eleita a chapa cujo respectivo candidato a Presidente possuir matrícula associativa mais antiga.

Art. 68º. Somente com expressa autorização da Diretoria Administrativa será permitido o patrocínio de festas, espetáculos ou quaisquer atividades, organizadas por terceiros, assim como a cessão, a título oneroso ou gratuito, de quaisquer dependências do Clube.

Art. 69º. Este Estatuto poderá ser aditado ou reformado pela Assembleia Geral, mediante proposta encaminhada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 70º. Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo, valendo-se dos instrumentos normativos complementares e através de suas Resoluções.



26/12/2017
A

TÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 71º. A Assembleia Geral a ser convocada extraordinariamente para a apreciação e votação do presente Estatuto será excepcionalmente constituída pelos associados de todas as categorias, maiores de dezesseis anos, no gozo de seus direitos associativos, com voto pessoal e unitário, que tenham sido admitidos até 31 de dezembro do ano de 2019.

Art. 72º. Após a aprovação e o devido registro do presente Estatuto no Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Rio Grande, nova Assembleia Geral será convocada, extraordinariamente, com o mesmo colégio eleitoral, para a eleição dos 24 (vinte e quatro) membros titulares e os 12 (doze) suplentes Conselho Deliberativo, sendo que metade deles, considerados separadamente os titulares e os suplentes, terá um mandato até 2024 e a outra metade terá um mandato até 2022, a fim de viabilizar a regra do a Art. 30, e seu § 2º.

Parágrafo único. Terão mandato até 2024 os membros eleitos, titulares e suplentes, com matrícula associativa mais antiga.

Art. 73º. Na Assembleia Geral a ser convocada extraordinariamente para a eleição dos membros do Conselho Deliberativo, os eleitos serão escolhidos, excepcionalmente, dentre os associados ao Clube até 31 de dezembro 2019, e no pleno gozo dos direitos associativos.

Parágrafo único. Ainda excepcionalmente, na mesma ocasião, os membros titulares eleitos do Conselho Deliberativo poderão eleger a Diretoria Administrativa, os membros do Conselho Fiscal e os membros da Comissão Permanente de Ética e Disciplina, que terão, todos, mandato até 2022.

Art. 74º. Dentro do prazo de 06 (seis) meses contados a partir da aprovação do presente Estatuto, o Conselho Deliberativo deverá elaborar e aprovar o seu Regimento Interno, o Regimento Interno da sua Comissão Permanente de Ética e Disciplina e o Código de Ética e Disciplina.

Art. 75º. No mesmo prazo de 06 (seis) meses contados a partir da aprovação do presente Estatuto, a Diretoria Administrativa providenciará na elaboração e encaminhamento do texto do Regulamento Geral do Clube ao Conselho Deliberativo, e o Conselho Fiscal quanto ao seu Regimento

37/37
G

Interno, para fins do disposto no art. 31º, inciso XV, deste Estatuto, tendo aplicação imediata caso não apreciados pelo Conselho Deliberativo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 76º. Enquanto não aprovados pelo Conselho Deliberativo os instrumentos normativos complementares previstos neste Estatuto, todas as decisões serão tomadas com base no presente Estatuto e em Resoluções do Conselho Deliberativo.

Art. 77º. A presente alteração estatutária entrará em vigor na data da sua aprovação em Assembleia Geral.

 RIO GRANDE, 10 DE NOVEMBRO DE 2020.



CARTÓRIO DE RIO GRANDE - RS

RUA LUIZ LOREA, 585 - CEP 96200-350 - RIO GRANDE - RS - FONE/FAX: (53) 3231.9268

RICARDO FERNANDES REZENDE - Oficial Designado

E-mail: segundazonorg@gmail.com



Certifico que o presente documento foi protocolado sob o nº de ordem 78003, em 20/11/2020. Registrado sob nº 5284, às Fls. 20, no Livro A Nº 69 em 24/11/2020 e averbado no registro primitivo Livro A Nº 01, folha 58, sob o nº 98 neste Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. O referido é verdade e dou fé. Rio Grande, terça-feira, 24 de novembro de 2020.

Amanda Dias Diniz - Escrevente Autorizada

Total: R\$ 500,90 + R\$ 16,50 = R\$ 517,40
Certidão P.J.: R\$ 9,20 (0487.02.1400003.01196 = R\$ 1,90)
Certidão P.J.: R\$ 322,00 (0487.04.1800002.06945 = R\$ 3,30)
Digitalização: R\$ 59,20 (0487.04.1800002.05946 = R\$ 3,30)
Averbação Soc. s/ Fins Econ.: R\$ 63,10
(0487.04.1800002.06947 = R\$ 3,30)
Processamento Eletrônico: R\$ 5,00
(0487.01.2000001.00177 = R\$ 1,40)
Exame de Documentos: R\$ 42,40 (0487.04.1800002.06890 = R\$ 3,30)
Recibos: 21594 e 21642

